

Produção comunitária de sementes em comunidades quilombolas no Estado de Goiás

*Agostinho Dirceu Didonet, Edna Ferreira Rosa, Glays Rodrigues Matos
e Sandra Regina Martins*

Introdução

As comunidades quilombolas foram historicamente excluídas da sociedade e alijadas dos meios de produção, sobreviveram de forma marginal sem acesso às políticas e aos serviços voltados para o meio rural. Seus valores, seus conhecimentos e sua capacidade de sobrevivência precisam ser reconhecidos pela sociedade como parte da cultura do País. Os remanescentes de quilombolas são considerados uma população tradicional, cujas manifestações culturais e religiosas configuram práticas de relações históricas que foram estabelecidas com o lugar de vivência, e esses hábitos são aspectos que também permitem que o grupo mantenha sua relação de pertencimento em relação ao território (MOREIRA, 2013).

Há necessidade de políticas públicas que favoreçam a sua organização, elevem a sua autoestima e criem oportunidades de inclusão produtiva e social desses indivíduos. Em Goiás, a Fundação Cultural Palmares – órgão do Ministério da Cultura responsável pela preservação cultural da identidade quilombola – certifica 33 comunidades remanescentes de quilombolas (CRQs), totalizando aproximadamente 2 mil famílias estabelecidas em comunidades localizadas em mais de 20 municípios do estado (BRASIL, 2015).

A Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006), que definiu o conceito de agricultura familiar, incluindo as populações quilombolas, bem como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) reconheceram a diversidade e as desigualdades existentes no campo, preconizando a promoção da inclusão e da igualdade no meio rural. Dessa forma, a promoção e a articulação de pesquisas sobre tecnologias sustentáveis, participativas e apropriadas, considerando as tecnologias sociais existentes, bem como o fortalecimento dos processos de disponibilização e apropriação de tecnologias adequadas à diversidade da agricultura familiar e aos biomas, são ferramentas para alcançar um desenvolvimento rural equitativo e democrático (ROSA, 2006).

A Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado de Goiás (Seagro) – em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher e da Igualdade Racial (Semira) – contou com uma ação no PPA 2012–2015, intitulada Apoio às Comunidades Quilombolas, Indígenas, Jovens e Mulheres Rurais. Instituições públicas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto Federal Goiano (IFGoiano), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e prefeituras, também participaram dessas ações, que envolveram a transferência de tecnologias, conhecimentos, produtos e processos, para o atendimento das demandas das comunidades quilombolas. Essas instituições formalizaram uma parceria que buscou fortalecer a organização social e produtiva dessas comunidades, sua segurança e soberania alimentar e nutricional, além de disponibilizar alternativas de geração de renda, prioridades consideradas essenciais (MOREIRA, 2013).

O objetivo dessas ações foi proporcionar alternativas para que diversas comunidades quilombolas do Estado de Goiás pudessem aumentar a sua produção de alimentos, a fim de garantir sua segurança alimentar e nutricional. Incentivou-se ainda a organização produtiva e social, como forma de possibilitar o acesso ao desenvolvimento rural dessas comunidades.

Metodologia

Para atender a demanda de diversas organizações quilombolas do Estado de Goiás e apoiar suas atividades produtivas, em 2011 a Seagro

e a Embrapa estabeleceram uma parceria, inicialmente no Território Sul Goiano. Nessa região, já havia uma parceria entre o IFGoiano Campus Morrinhos e a Embrapa, por meio do Projeto Transferência de Tecnologia em Sistemas de Produção Agrícola Sustentáveis como Estratégia para Capacitação de Agentes Multiplicadores no Estado de Goiás. Assim, houve entendimento com os representantes da Associação Quilombola Nossa Senhora da Boa Nova, no Município de Professor Jamil, GO, com a Associação Quilombola Nossa Senhora Aparecida, no Município de Cromínia, GO, e com as prefeituras municipais locais, para validação de cultivar de batata-doce biofortificada e de variedades de pimenta. À Seagro coube a articulação, o acompanhamento e o monitoramento. O IFGoiano, por sua vez, implantou as Unidades Demonstrativas (UDs) e se encarregou da assistência técnica, enquanto a Embrapa forneceu o material genético. A Prefeitura de Professor Jamil cedeu a área e um servidor para realizar os tratos culturais junto com a comunidade, além do transporte e da alimentação dos alunos do IFGoiano. Em Cromínia, a comunidade se responsabilizou pelos tratos culturais e pela alimentação dos alunos. A área foi cedida pela Secretaria Estadual de Educação.

Esta experiência do Território Sul Goiano motivou sua ampliação para outros locais, contando, dessa vez, com a participação da Emater. Entre 2011 e 2013, foram implantadas 14 UDs de batata-doce biofortificada em 11 municípios. As UDs contemplaram 13 associações e cerca de 800 famílias quilombolas, contando ainda com 33 famílias de agricultores familiares e alunos, os quais são oriundos de 60 municípios (Tabela 1). Desse período até 2015, ocorreu outra parceria entre a Seagro, a Emater-GO e a Embrapa com a finalidade de atender comunidades quilombolas no trabalho de transferência de tecnologias para conservação das variedades tradicionais das culturas de feijão e arroz de terras altas. Foram implantadas UDs em dez comunidades estabelecidas em nove municípios, abrangendo 214 famílias (Tabela 2).

A fim de atender os objetivos propostos, foram executadas as seguintes ações: 1) diagnóstico simplificado, realizado por meio de visitas, entrevistas semiestruturadas, caminhadas transversais e reuniões – os questionários elaborados abordavam questões relativas aos

Tabela 1. Locais no Estado de Goiás onde foram implementadas as Unidades Demontadoras de cultivar de batata-doce e de cultivares de pimenta, número de famílias e parceiros envolvidos.

Município	Comunidade	Famílias ⁽¹⁾	Parceiros
Professor Jamil	Associação Nossa Senhora da Boa Nova	5	IFGoiano e prefeitura
Professor Jamil	Grupo de Mulheres Projeto de Assentamento Rochedo	15	IFGoiano e prefeitura
Cromínia	Associação Nossa Senhora Aparecida	10	IFGoiano
Silvânia	Associação Quilombo dos Almeidas	10	Centaf, prefeitura e Câmara de Vereadores
Cidade Ocidental	Associação do Quilombo do Mesquita	3	-
Cavalcante	Associação Quilombo do Kalunga do Vão de Almas	23	-
Cavalcante	Associação Quilombo do Kalunga (Núcleo Engenho)	7	-
Silvânia	Associação Quilombola Almeidas	6	Centaf
Uruaçu	Associação Quilombola João Borges	6	Emater
Mineiros	Associação Quilombola do Cedro	10	Emater
Santa Rita do Araguaia	Comunidade Quilombola Chico Muleque	22	Prefeitura
Carmo do Rio Verde	Grupo de Mulheres do Assentamento Tiririca	12	Emater
Goianésia	Associação Quilombola Tomás Cardoso	5	Prefeitura

⁽¹⁾Este número se refere às famílias envolvidas diretamente. No entanto, existem os beneficiários indiretos, visto que ocorre o repasse das ramas produzidas para as famílias da comunidade. Foram beneficiadas aproximadamente 800 famílias quilombolas, além de 33 famílias de agricultores familiares e alunos do Centro de Formação da Agricultura Familiar de Silvânia (Centaf) oriundos de 60 municípios, os quais receberam material genético para propagação.

cultivos desenvolvidos, às práticas culturais, à organização social e aos interesses das comunidades; 2) seleção das áreas – a partir da visita realizada, em comum acordo com a comunidade envolvida, definia-se o local mais adequado para a implantação da UD; 3) Parcerias – buscou-se a participação de instituições que pudessem contribuir para a comunidade, sem tirar sua autonomia e seu

Tabela 2. Locais e comunidades quilombolas e número de famílias do Estado de Goiás, contempladas com Unidades Demonstrativas implementadas para conservação das variedades tradicionais de arroz de terras altas e feijão, em colaboração com o Seagro, a Emater-GO e a Embrapa Arroz e Feijão.

Município	Comunidade	Famílias ⁽¹⁾
Mineiros	Associação Quilombola do Cedro	10
Santa Rita do Araguaia	Comunidade Quilombola Chico Muleque	22
Cromínia	Associação Nossa Senhora Aparecida	10
Colinas do Sul	Coletos	23
Nova Roma	Família Magalhães	12
Iaciara	Extrema	60
Iaciara	Levantado	11
Posse	Baco Pari	60
Flores de Goiás	Canabrava	14
Silvânia	Associação Quilombo dos Almeidas	6

⁽¹⁾Este número se refere às famílias envolvidas diretamente. No entanto, é necessário considerar os beneficiários indiretos, visto que houve o repasse das sementes produzidas para as famílias da comunidade.

protagonismo; 4) zoneamento agroclimático – para a definição dos locais, utilizaram-se as informações do Zoneamento Agroclimático (SILVA et al., 2013) para determinar o período de menor risco à semeadura das culturas de arroz e de feijão; 5) escolha das cultivares – a Embrapa disponibilizou as sementes a serem utilizadas, assim como as informações técnicas; as cultivares foram definidas de acordo com os locais a serem implantados, a disponibilidade de sementes e o interesse da comunidade, do modo mais ampliado possível; no caso do feijão, utilizaram-se cultivares dos grupos preto, carioca e de grãos especiais (manteiga, roixinho e rajado); 6) implantação de UDs em uma área mínima de 100 m² por cultivar, em local de fácil acesso a visitantes, sob recomendações do zoneamento agroclimático, quanto à adubação e aos tratamentos fitossanitários, respeitando os conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas referentes às práticas de plantio e tratos culturais, relativizando-as com as recomendações previstas (Figura 1); 7) acompanhamento sob a coordenação da Seagro – em cada local, foi estabelecido um arranjo conforme se apresentavam os cenários, ressaltando a participação dos escritórios locais da Emater que acompanhou e orientou, bem

como de um ou mais membros de cada comunidade, os quais foram encarregados da condução e atuaram como multiplicadores locais; 8) realização de dias de campo com a participação das instituições parceiras, os quais foram realizados para dar visibilidade ao trabalho, promover a autoestima da comunidade envolvida e fortalecer as parcerias (Figuras 2 e 3).

Foto: Edna Ferreira Rosa



Figura 1. Lavoura de feijão, localizada na comunidade quilombola do Cedro, Município de Mineiros, GO, no ano de 2013.

Resultados e discussão

No Município de Cromínia, a Associação Nossa Senhora Aparecida, que representa 180 famílias quilombolas, obteve na primeira colheita, no ano de 2011, 35 caixas de batata-doce, o que possibilitou a sua inserção nos programas governamentais de compra institucional (PAA e Pnae). No Centaf, a safra 2011 obteve produtividade de 130 t/ha de batata-doce biofortificada, o que demonstrou que essa cultura tem potencial para ser uma possível fonte de renda para a comunidade.



Foto: Glays Rodrigues Matos

Figura 2. Dia de Campo sobre lavoura de arroz, realizado na comunidade quilombola do Cedro, Município de Mineiros, GO, em março de 2014.



Foto: Glays Rodrigues Matos

Figura 3. Demonstração de funcionamento da trilhadora de arroz, comunidade quilombola do Cedro, Município de Mineiros, GO, em março de 2014.

Como resultado da parceria, o IFGoiano disponibilizou no Campus Morrinhos vagas exclusivas para estudantes das comunidades quilombolas de Professor Jamil e Cromínia em cursos técnicos da instituição. Foi formalizado também um Acordo de Cooperação Técnica Seagro/Embrapa/Emater, com vistas à preservação das cultivares de arroz e feijão tradicionais, o que é importante para conservar este patrimônio genético.

Foram realizados dias de campo da batata-doce em Cromínia, GO, e das culturas de arroz e de feijão em Mineiros, GO, sob a coordenação da comunidade local e da Seagro. Em Cromínia, houve a participação da prefeitura, do IFGoiano Campus Morrinhos e da Embrapa Hortaliças. Em Mineiros, houve a participação da Emater, da prefeitura e da Embrapa Arroz e Feijão.

Como resultado importante das ações promovidas por essas parcerias, as áreas de cultivo nas comunidades quilombolas foram ampliadas, embora não seja ser possível fazer essa mensuração. Essa ampliação melhorou sensivelmente a segurança alimentar e nutricional. Houve ampliação da instalação de hortas e quintais e a facilitação ao acesso e distribuição de sementes produzidas pelas próprias comunidades, assim como a volta ao cultivo da batata-doce, até então quase esquecido devido à perda das variedades locais. A autonomia na produção de sementes aliada ao resgate e à conservação de variedades tradicionais (crioulas) de milho, arroz, batata-doce, hortaliças não convencionais e plantas medicinais, juntamente com o fortalecimento da autoestima e dos laços sociais, foram resultados extremamente importantes. A visibilidade proporcionada pelas ações nessas comunidades possibilitou também sua inclusão nas agendas públicas de desenvolvimento dos municípios e do estado.

O quilombo do Cedro, localizado no Município de Mineiros, no Sudoeste Goiano, e a comunidade Kalunga, situada no Nordeste Goiano e próximo ao Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, são as duas comunidades quilombolas mais estudadas do Estado de Goiás. São caracterizadas por um forte sentimento de pertencimento à comunidade, e sua história e suas questões parecem

transcender às da região como um todo. Nota-se a identificação com o Cerrado, que conduz a uma inclinação aos cuidados de conservação (FLEURY, 2008).

A comunidade quilombola do Cedro utiliza frutos nativos, plantas e raízes medicinais do Cerrado como forma de geração de renda. Tais produtos são embalados e preparados em instalações apropriadas localizadas no Centro Comunitário de Plantas Medicinais do Cedro pelo Laboratório de Plantas Medicinais, e são comercializados para a população local, visitantes e turistas, uma vez que a comunidade está próxima ao Parque Nacional das Emas (MOREIRA, 2013). O turismo, além de contribuir para a diversificação da oferta dessa atividade, abrange fluxos migratórios do campo para a cidade, contribui para a conservação dos recursos naturais, incentiva a geração de novas oportunidades de trabalho e valoriza as práticas rurais, tanto sociais como de trabalho (MOREIRA, 2013).

Na comunidade quilombola Kalunga, o sistema de produção combina a agricultura, a pecuária, a caça, a pesca, o extrativismo, o artesanato e o processamento mínimo de vegetais. A renda é basicamente dependente do uso dos recursos naturais (biodiversidade) e apenas de uma pequena parte da produção agropecuária. A produção artesanal da farinha de mandioca é uma das poucas atividades que gera renda (TIBURCIO; VALENTE, 2007). O conhecimento tradicional agregado à produção artesanal da farinha de mandioca é bastante peculiar e repassado para as futuras gerações oralmente e nas práticas executadas. Destaca-se o uso do tapiti como prensa, a ralação da mandioca em pau de angico e a farinha torrada em fornos artesanais com paredes de barro. Há também muito conhecimento empírico associado ao modo de cultivo das variedades tradicionais de mandioca e todos os seus subprodutos associados (TIBURCIO; VALENTE, 2007).

A variedade tradicional (crioula) de arroz chamada Kalunga é cultivada sem insumos externos e, depois de colhida, é secada no campo onde foi cultivada. Em seguida, em uma espécie de tabuleiro sob o solo, as panículas são batidas com taquaras de bambu até que os grãos

se soltem e fiquem aptos ao armazenamento, utilizando-se o pilão para descascá-lo (TIBURCIO; VALENTE, 2007).

Os óleos vegetais, como os de gergelim, mamona, pequi e indaiá, produzidos pelas mulheres da comunidade, podem ser inseridos no comércio justo. As principais dificuldades relatadas estão na obtenção da matéria-prima, que é sazonal, distante de suas casas e depende de muita força física para sua produção (TIBURCIO; VALENTE, 2007). Os sabões, produzidos de forma artesanal pelas mulheres, também têm potencial para inserção no comércio justo. O chamado “sabão de coada” tem propriedades medicinais e é preparado com tingui, timbó e mutamba (TIBURCIO; VALENTE, 2007).

Os Kalunga, embora “excluídos” do processo de modernização tecnológica da agricultura, não estão fora das relações capitalistas de produção. No ecoturismo, exercem atividades como trabalhadores assalariados e auxiliares de guias turísticos; nos bares, lanchonetes e hotéis, trabalham como atendentes e recepcionistas; e também atuam como empregados domésticos. Por sua vez, ainda preservam um estilo de agricultura tradicional com sistemas produtivos baseados no manejo funcional da agrobiodiversidade local (ROSA, 2006).

São agricultores familiares multifuncionais e pluriativos e também promovem os cuidados com o território, a proteção ao meio ambiente, a salvaguarda do capital cultural, a manutenção de um tecido econômico e social rural pela diversificação de novas atividades ligadas à agricultura. Ao longo de sua história, mantiveram estratégias de segurança alimentar que vêm sendo afetadas diretamente por políticas públicas assistencialistas que destroem a agrobiodiversidade local (CRUZ; VALENTE, 2005). Reivindicam estradas, posto de saúde, telefone público, casa digna, escola, entre outros direitos básicos e necessários para garantir a sua cidadania. Além de empobrecidos e marginalizados, sofrem o descaso do poder público que somente disponibiliza para essa comunidade benefícios sociais como cestas básicas e bolsa família. Diante da realidade local, essas políticas vêm se mostrando insuficientes, pois não auxiliam a forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos (TIBURCIO; VALENTE, 2007).

A situação dessas comunidades impõe que sejam empreendidos esforços para avaliar as possibilidades de inserção econômica de seus membros, a partir da elaboração de projetos de desenvolvimento local sustentável, articulando o conhecimento empírico comunitário e o aporte que poderá ser oferecido por conhecimentos científicos e tecnológicos de apoio à agricultura familiar (CRUZ; VALENTE, 2005; TIBURCIO; VALENTE, 2007). As políticas públicas, as capacitações e a assistência técnica deveriam considerar, em suas alternativas de desenvolvimento, a valorização do conhecimento tradicional acumulado e repassado ao longo de séculos de observação e experimentação pelos quilombolas em sua convivência harmônica com o agroecossistema local (ROSA, 2006). Nesse sentido, ao abordar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (POLÍTICA..., 2004), entidades parceiras devem exercitar o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais dessas comunidades. Devem também potencializar as atividades produtivas agrícolas voltadas à oferta de alimentos, bem como apoiar estratégias de comercialização e agroindustrialização, além de assegurar a assistência técnica, sempre buscando alternativas locais de agregação social e geração de renda.

Considerações finais

A interação das comunidades tradicionais quilombolas na sociedade capitalista resulta em experiências que apontam para oportunidades de inserção em mercados potenciais, relacionados ao turismo, ao artesanato e à produção de alimentos diferenciados, bem como de produtos que possam ser inseridos no comércio justo. As condições de vida extremamente precárias têm obrigado essas pessoas a deixar a sua localidade e consequentemente sua cultura, desconectando seus conhecimentos tradicionais da sua realidade diária de sobrevivência. As instituições públicas têm obrigação de cumprir o seu papel em atender a sociedade, proteger os mais vulneráveis e preservar a identidade do seu povo, nas suas competências, além de propor soluções. No caso das comunidades quilombolas, a questão da segurança alimentar e nutricional, além de estar ligada à cultura e às tradições,

está também relacionada com a autonomia nos processos de produção que foi perdida ao longo do tempo. A disponibilização de sementes com vistas a tornar as comunidades autossuficientes nesse insumo nem sempre alcança a totalidade dos indivíduos, uma vez que essas sementes normalmente não estão associadas diretamente aos costumes e hábitos alimentares. Essas ações poderiam ser mais efetivas caso fossem associadas a programas de inclusão social, cidadania e agregação de renda, direcionados e específicos para essas comunidades, a começar pelo resgate e pela valorização da diversidade alimentar, oriunda do uso funcional da diversidade de plantas e animais locais. Mesmo assim, a disseminação de sementes e a orientação técnica às comunidades têm resultado em avanços relacionados à autonomia e à garantia da segurança alimentar nas comunidades em que foram executadas essas ações.

Referências

- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, 25 set. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 6 dez. 2016.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Fundação Cultural Palmares**. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2015.
- CRUZ, K. C. M. dos S.; VALENTE, A. L. E. F. A cachoeira do Poço Encantado: empreendimento familiar e presença Kalunga na cadeia do ecoturismo em Teresina de Goiás. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, n. 4, p. 779-804, out./dez. 2005.
- FLEURY, L. C. **Cerrado para ser o quê? Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás**. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MOREIRA, J. de F. R. Formas de apropriação do ambiente do Cerrado por quilombolas em Goiás: um estudo de caso sobre as comunidades Engenho II e Cedro. **Ateliê Geográfico**, v. 7, n. 2, p.345-357, ago. 2013.
- POLÍTICA Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar, 2007.
- ROSA, E. F. **Comunidade quilombola Kalunga**: entre o direito étnico, políticas públicas e a legislação ambiental. 2006. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

SILVA, S. C. da; SOARES, D. M.; ASSAD, E. D. **Importância e onde encontrar os produtos gerados pelo zoneamento de riscos climáticos para as culturas de arroz de terras altas e feijão.** Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2013. 34 p. (Embrapa Arroz e Feijão. Documentos, 284).

TIBURCIO, B. A.; VALENTE, A. L. E. F. O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em Território Kalunga (GO). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 497-519, abr./jun. 2007.